

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco MUFUG Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Como parte de uma estratégia para unificar as marcas das unidades operacionais da holding Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFUG), o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A mudou sua razão social para Banco MUFUG Brasil S.A., em 1º de abril de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Ativo		
Circulante	22.585.619	19.291.561
Disponibilidades (Nota 4)	16.340	19.776
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.600.616	4.243.752
Aplicações no mercado aberto	4.580.463	4.193.960
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	23.331
Aplicações em moedas estrangeiras	20.153	26.461
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	520.012	2.182.785
Carteira própria (Nota 6)	-	236.958
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	-	155.121
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	90.872	102.769
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6)	429.140	1.687.937
Relações interfinanceiras	1.904	3.241
Créditos vinculados	-	-
Depósitos no Banco Central	1.904	2.689
Correspondentes	-	552
Operações de crédito	558.285	596.601
Operações de crédito	-	-
Sector privado (Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	560.369	606.985
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	(2.084)	(10.384)
Outros créditos	16.882.397	12.240.470
Carteira de câmbio (Nota 13a)	16.639.178	12.206.532
Rendas a receber	2.108	3.793
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	4.634	1.258
Diversos (Nota 8)	237.526	29.542
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(1.049)	(655)
Outros valores e bens	6.065	4.936
Despesas antecipadas	6.065	4.936
Não Circulante	3.481.491	1.365.503
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.654	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	54.654	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.308.010	951.418
Carteira própria (Nota 6)	427.838	394.000
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	94.099	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	40.279	175.991
Vinculados a prestação de garantias (Nota 6)	1.745.794	381.427
Operações de crédito	858.161	97.663
Operações de crédito	-	-
Sector privado (Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	860.520	99.695
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	(2.359)	(2.032)
Outros créditos	257.664	316.103
Carteira de câmbio (Nota 13a)	3.970	7.852
Rendas a receber	1.451	-
Diversos (Nota 8)	252.345	308.251
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(102)	-
Outros valores e bens	3.002	319
Despesas antecipadas	3.002	319
Permanente	61.548	63.738
Investimentos	1	1
Outros investimentos	196	196
(Provisões para perdas)	(195)	(195)
Imobilizado de uso	26.665	27.677
Imóveis de uso	32.351	34.831
Outras imobilizações de uso	33.321	29.058
(Depreciações acumuladas)	(39.012)	(36.218)
Intangível	34.887	36.066
Ativos intangíveis	75.282	68.158
(Amortização acumulada)	(40.395)	(32.092)
Total do ativo	26.128.658	20.720.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco MUFUG Brasil S.A. apresentou lucro no exercício de R\$ 53.896, contra um lucro de R\$ 74.501 apresentado no exercício de 2017. O total de ativos atingiu R\$ 26.128.658 (2017 - R\$ 20.720.802) e o patrimônio líquido no final do exercício foi de R\$ 1.500.020 (2017 - R\$ 1.453.451).

Agência de Rating

A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco MUFUG Brasil S.A. os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAAA/bra-1+" na Escala Nacional Brasil.

	2018	2017
Passivo		
Circulante	23.609.817	18.901.889
Depósitos	2.324.025	3.041.236
Depósitos à vista	73.648	49.166
Depósitos interfinanceiros	-	20.735
Depósitos a prazo	2.250.377	2.971.335
Captações no mercado aberto	-	138.873
Carteira própria (Nota 11)	-	138.873
Recursos de aceitação e emissão de títulos	51.024	-
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	51.024	-
Relações interdependências	29.254	38.313
Recursos em trânsito de terceiros	29.254	38.313
Obrigações por empréstimos	4.255.265	2.960.133
Empréstimos no exterior	4.255.265	2.960.133
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	64.484	114.852
BNDES	1.134	23.483
Finame	12.334	11.024
Outras instituições	51.016	80.345
Obrigações por repasses do exterior	312.907	222.197
Repasses do exterior	312.907	222.197
Instrumentos financeiros derivativos	244.225	433.393
Instrumentos financeiros derivativos	244.225	433.393
Outras obrigações	16.328.633	11.952.892
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	282	177
Carteira de câmbio (Nota 13b)	16.038.836	11.726.765
Fiscais e estatutárias	1.833	2.569
Fiscais e previdenciárias	142.303	121.320
Negociação e intermediação de valores	97.670	24.134
Diversas (Nota 17)	107.709	77.927
Passivo Não Circulante	1.017.148	364.118
Captações no mercado aberto	93.870	15.176
Carteira própria	93.870	15.176
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	97.424	22.283
BNDES	478	2.530
Finame	16.244	19.753
Outras instituições	80.702	-
Obrigações por repasses do exterior	360.806	-
Repasses do exterior	360.806	-
Instrumentos financeiros derivativos	342.983	192.249
Instrumentos financeiros derivativos	342.983	192.249
Outras obrigações	122.065	134.410
Carteira de câmbio	4.196	5.877
Diversas (Nota 17)	117.869	128.533
Resultados de exercícios futuros	1.673	1.344
Patrimônio líquido	1.500.020	1.453.451
Capital	853.071	853.071
De domiciliados no País	4.445	4.445
De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucros	654.859	604.013
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.959)	(4.682)
(Ações em tesouraria)	(4.054)	(4.054)
Total do passivo e patrimônio líquido	26.128.658	20.720.802

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para venda	Benefícios a empregados			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	-	-	-	(4.054)	1.384.673
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	902	-	-	-	902
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	(2.462)	-	(2.462)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	74.561	-	74.561
Destinação do lucro: Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	3.728	-	-	-	(3.728)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(4.226)	(66.607)	(4.226)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	66.607	-	-	-	-	66.607
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	336	-	-	(4.054)	1.453.451
Mutações do exercício	-	-	-	3.728	66.610	902	-	-	-	68.778
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	336	-	-	(4.054)	1.453.451
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(362)	-	-	-	(362)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	(3.915)	-	(3.915)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5	-	53.896	-	53.896
Destinação do lucro: Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	2.695	-	-	-	(2.695)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.055)	(48.146)	(3.055)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	48.146	-	-	-	-	48.146
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	26	-	-	(4.054)	1.500.020
Mutações do exercício	-	-	-	2.695	48.151	(362)	-	-	-	46.569
Saldos em 30 de junho de 2018	853.071	4.947	156	40.112	584.700	(71)	-	-	(4.054)	1.473.843
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	45	-	-	-	45
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	(3.915)	-	(3.915)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	31.848	-	31.848
Destinação do lucro: Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	1.593	-	-	-	(1.593)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.805)	(28.450)	(1.805)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	28.450	-	-	-	-	28.450
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	26	-	-	(4.054)	1.500.020
Mutações do semestre	-	-	-	1.593	28.454	45	-	-	-	26.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco MUFUG Brasil S.A. ("Banco") desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.639/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 28 de fevereiro de 2019.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Resumo das principais práticas contábeis: a. **Auração de resultado:** A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. b. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. c. **Ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante. d. **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: I. **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. II. **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos. III. **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro-rata" dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.052/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo custo de aquisição de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa. Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge", são classificados como: I. **"Hedge" de risco de mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período; II. **"Hedge" de fluxo de caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizadas e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período. O Banco não possuiu operações de "hedge" de fluxo de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. e. **Operações de crédito, operações de câmbio e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das

carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendendo ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. Conforme Nota 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração. Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99. f. **Ativo permanente:** Investimentos - Os títulos patrimoniais são avaliados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. Imobilizado de Uso - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso - edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte. Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. g. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - ("impairment"):** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados "impairments". h. **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). E a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b. Composição da carteira de crédito e de outros créditos por produto e faixa de vencimento:

Vencimentos	2018					2017				
	Até 14 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Até 14 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Capital de giro	-	59.688	68.884	388.285	516.857	279.660	-	-	-	-
Conta garantida	-	2.902	3.373	-	6.275	500	-	-	-	-
Repasse Resolução CMN nº 3844/10	-	-	1.922	-	1.922	1.638	-	-	-	-
Financiamentos BNDES e Finame	-	97	1.805	28.315	30.217	33.709	-	-	-	-
Financiamentos à exportação	-	155.229	155.805	422.350	733.384	310.706	-	-	-	-
Financiamentos rurais	-	-	110.664	21.570	132.234	80.467	-	-	-	-
ACC/ACE	-	5.450.653	144.962	-	5.595.615	476.632	-	-	-	-
Aquisição sem coobrigação	-	-	59.145	101.526	160.671	27.508	-	-	-	-
Total Geral	5.668.569	546.560	962.046	2.177.180	9.354.355	1.210.820	5.668.569	546.560	962.046	7.283.745

c. Composição da provisão por níveis de risco: De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos com os correspondentes níveis de risco:

Nível de Risco	2018			2017		
	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso
AA	-	2.057.077	5	2.057.082	-	2.057
A	1,00	99.923	-	99.923	999	1.259
B	10,00	20.175	-	20.175	2.018	2.278
Total Geral	2.177.175	5.217.180	5	2.177.180	3.017	5.994

Nível de Risco	2018			2017		
	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso
AA	-	1.162.893	1.864	1.164.757	-	1.513
A	0,50	29	-	29	-	0,13
B	1,00	17.324	-	17.324	173	359
C	3,00	3.571	-	3.571	107	230
D	10,00	16.093	-	16.093	1.609	1.923
H	100,00	9.046	-	9.046	9.046	9.046
Total Geral	1.208.956	1.864.120.820	1.864	1.210.820	10.935	13.071

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (MUFUG Bank, Ltd.), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. A alocação entre os ratings correspondem ao intervalo de provisionamento definido na Resolução CMN nº 2.682/99.

d. Concentração dos maiores devedores:

Maior cliente	2018			2017		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
10 maiores clientes	1.401.918	14	311	201.330	17	261
10 maiores clientes	1.401.918	65	2.347	757.769	62	985
Demais clientes	464.228	21	2.936	251.721	21	11.825
Total Geral	2.177.180	100	5.594	1.210.820	100	13.071

e. Operações ativas vinculadas: As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

Operações ativas vinculadas	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)
Operações de crédito	664.346	15.994	201.330	3.474
Obrigações por operações ativas vinculadas	(663.958)	(15.038)	(201.107)	(3.190)
Obrigações por repasse do exterior	(663.958)	(15.038)	(201.107)	(3.190)
Resultado líquido das operações vinculadas	387	956	123	284

Operações ativas vinculadas	2018		2017	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias
Operações de crédito	155.229	155.805	353.312	664.346
Total Geral	155.229	155.805	353.312	664.346

O Banco iniciou em março de 2017 as operações de financiamento às exportações - Nota de Crédito à Exportação (NCE) vinculadas às captações no exterior na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não registrou inadimplência por parte dos credores e não identificou questionamento judicial. **f. Movimento da provisão:** A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

Saldo inicial	2º semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Constituição de provisão	14.413	13.071	4.699	6.919
Reversão de provisão	(1.585)	(3.897)	13.646	(10.404)
Saldo final	5.594	5.594	13.071	13.071

% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos

g. Outras informações:	2º semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Créditos renegociados	438.031	697.115	371.040	371.040

As operações renegociadas são compostas substancialmente, por renovação nas operações de capital de giro. No exercício de 2018 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 9.046 (2017 - R\$ 19.996).

8. Outros créditos - Diversos

Devedores por depósito em garantia	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	240.855	235.220	739	270
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 21)	60.465	47.709	26.944	26.929
Impostos e contribuições a compensar	160.671	27.508	-	-
Devedores diversos - país	19	16	-	-
Pagamentos a ressarir	174	138	-	-
Outros	4	3	-	-
Total Geral	489.871	337.793	26.683	30.666

(*) A partir de dezembro de 2017, as imobilizações em curso referentes à implantação de sistemas foram reclassificadas como ativos intangíveis.

9. Ativo permanente

a. Imobilizado de uso:

Terrenos	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Edificações	31.168	33.415	18.723	18.912
Instalações, móveis e equipamentos de uso	7.093	7.201	4.251	3.729
Sistema de processamento de dados	20.435	16.083	12.281	9.856
Sistemas de transporte	850	1.208	592	882
Sistema de segurança	3.291	3.264	1.890	1.603
Sistema de comunicação	1.565	1.289	1.275	1.236
Imobilizações em curso (*)	87	13	-	87
Total Geral	65.672	63.889	39.012	36.218

b. Ativos intangíveis:

Gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares em curso (*)	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Amortização acumulada	65.267	55.960	40.395	32.092
Valor líquido	10.015	12.198	-	10.015
Total Geral	75.282	68.158	40.395	32.092

10. Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o MUFUG Bank, Ltd. (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

Disponibilidades em moedas estrangeiras	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)
MUFUG: Bank (New York Branch)	7.422	-	11.664	-
MUFUG: Bank (London Branch)	1.268	-	3.928	-
MUFUG Bank, Ltd.	5.203	-	3.420	-
MUFUG: Bank (Hong Kong Branch)	31	-	177	-
MUFUG Bank Mexico, S.A.	106	-	46	-
MUFUG: Bank (Singapore Branch)	18	-	17	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	19	-	20	-
- variação cambial	-	197.190	-	(45.355)
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	15.500	24.277	26.461	(13.394)

Operações de Swap	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)
MUFUG: Bank (New York Branch)	825	1.166	2.160	155
- rendas de operações com derivativos	-	4.909	-	6.100
- despesas de operações com derivativos	-	(3.743)	-	(5.945)
Depósito à vista	(2.974)	-	(4.858)	-

Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Recitas (Despesas)
MUFUG: Bank (New York Branch)	(1.187)	18.904	3.008	47.546
- Recebimentos	(1.187)	18.975	3.012	47.057
- Provisão e reversão de provisão de pagamentos	(2.277)	(6.858)	(265)	23.740
MUFUG Bank, Ltd.	(25)	(71)	(4)	(39)
MUFUG Americas Leasing & Finance, Inc.	-	-	-	528

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2017 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e Conselheiros.

Remuneração fixa	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Remuneração variável	2.453	3.994	5.581	5.581
Total Geral	5.179	9.668	13.228	13.228

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2017 - 10.618), que representam 0,00243743% da totalidade. O Banco não possui benefícios pós-emprego nem de longo prazo de rescisão de trabalho para o pessoal-chave da administração. **b. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; e • Acionista controlador do Banco. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas. Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativo e Fiscal.

11. Depósitos e captações

À Vista	2018		2017	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
A prazo (*)	73.648	-	-	73.648
Operações compromissadas	-	-	93.870	93.870
Letras de crédito do agronegócio	-	51.024	-	51.024
Total Geral	73.648	390.160	960.013	1.045.098

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido às características de liquidez diária.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescida de "spread", acordado entre as partes.

MUFUG: Bank (New York Branch)	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Financiamento de operação de comércio exterior e outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até abril de 2018	4.495.690	2.808.288	-	2.586.091
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até maio de 2023	-	-	673.713	222.197
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 "hedge accounting", com vencimento até julho de 2019 (Nota 20)	-	-	2.694.326	-
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2019	1.127.651	-	433.288	369.042
MUFUG Bank, Ltd.	433.288	369.042	433.288	369.042
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até dezembro de 2019	-	-	-	5.000
Barclays Bank Plc - London	-	-	-	5.000
Outras obrigações em moeda estrangeira	161.908	137.135	161.908	137.135
Instituições oficiais - BNDES e FUNCAFE	161.908	137.135	161.908	137.135
Repasses no país com vencimento até agosto de 2027	5.090.886	3.319.465	-	-
Total Geral	10.387.023	6.524.731	11.217.613	8.367.368

13. Carteira de câmbio: a. Outros créditos - Ativo

Câmbio comprado a liquidar	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Direitos sobre venda de câmbio	8.970.652	6.449.035	-	-
Adiantamento em moeda nacional recebidos	7.676.433	5.771.011	-	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(7.979)	(7.528)	-	-
Total Geral	16.643.146	12.214.386	16.643.146	12.214.386

b. Outras obrigações - Passivo:

Câmbio vendido a liquidar	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento sobre compras de câmbio	7.688.940	5.836.039	-	-
Adiantamento sobre contratos de câmbio	8.945.636	6.371.369	-	-
Valores em moedas estrangeiras a pagar	(591.578)	(474.766)	-	-
Total Geral	16.043.032	11.732.642	16.043.032	11.732.642

14. Fiscais e previdenciárias

Provisão de IRPJ e CSLL	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de IRPJ e CSLL diferido (Nota 21)	45.632			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a. Movimentação de créditos tributários

	Exercício	
	2018	2017
Saldo inicial	47.709	61.508
Constituição de crédito tributário	24.332	12.184
Realização de crédito tributário	(11.576)	(25.983)
Saldo final	60.465	47.709

b. Movimentação do passivo fiscal diferido

	Exercício	
	2018	2017
Saldo inicial	75.959	51.958
Atualização depósito judicial	1.718	6.071
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	12.047	17.656
Ajuste a valor de mercado dos títulos de renda fixa	-	-
Saldo final	89.724	75.960

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

Ano	2018		2017	
	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente de crédito tributário (taxa DI)	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente de crédito tributário (taxa DI)
2019	15.125	14.215	2018	14.474
2020	6.777	5.986	2019	6.045
2021	6.283	5.216	2020	5.872
2022	6.118	4.773	2021	3.112
2023	5.972	4.379	2022	3.101
A partir de 2024	20.190	12.345	A partir de 2023	15.105
Total geral	60.465	46.914	Total geral	47.709

22. Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2018	2017
Risco de crédito	3.273.941	2.690.739
Risco de mercado	1.354.706	1.170.223
Risco operacional	661.369	626.580
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.290.016	4.487.542
Patrimônio de Referência (PR)	1.465.133	1.424.721
Patrimônio de referência exigido	456.264	387.050
Margem sobre patrimônio de referência requerido	1.008.869	1.037.671
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	27,70%	31,75%

Ajuste prudencial: Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos: 1. Títulos públicos federais: "Títulos disponíveis para venda"; 2. Títulos privados marcados pelo valor de mercado - Notas promissórias e debêntures marcadas pelo valor de mercado; 3. Contratos futuros negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão; e 4. Derivativos de Balcão - NDF e Swap. Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA - *Credit Valuation Adjustment* no produto "Derivativos de balcão - NDF e Swap" resultando um reconhecimento contábil na data-base de 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.075 (2017 - R\$ 2.323) conforme Nota 19. Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos públicos federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização. Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

23. Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios Previdia de Benefício Definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente. Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2018, conforme cálculos atuariais, a Previdia apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

	2018	2017
Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor da obrigação no final do ano anterior	77.461	69.858
Custo dos juros	7.744	7.560
Remensurações	5.132	6.865
Benefícios pagos pela empresa	(6.973)	(6.822)
Valor da obrigação no final do ano	83.364	77.461
Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	69.592	66.268
Receita de juros	6.957	7.174
Remensurações	(631)	2.387
Contribuições da Empresa	1.309	585
Benefícios pagos pelo plano	(6.973)	(6.822)
Valor justo dos ativos no final do ano	70.254	69.592

Passivo(ativo) líquido

	2019	2018
Valores projetados a serem reconhecidos no resultado do próximo exercício		
Custo líquido com juros	-	-
Juros sobre as obrigações	7.461	7.744
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	(6.288)	(6.957)
Total de despesa reconhecida no resultado do exercício	1.173	787

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2018 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 5.241 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 13.110 (2017 - R\$ 7.869). As remensurações atuariais do plano de benefício definido Previdia são registradas na conta do patrimônio líquido, líquido de valores tributários no montante de R\$ (8.933) (2017 - R\$ (5.018)).

Em 31 de dezembro de 2018 foram consideradas as seguintes premissas:

	2018	2017
Taxa de inflação	4,00% ao ano	4,50% ao ano
Taxa de desconto	8,95% ao ano	10,00% ao ano
Índice de reajuste de benefícios do plano acima da inflação	Próximos 5 anos: 5,04 % ao ano	Próximos 5 anos: 5,55% ao ano

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previdia, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.125 (2017 - R\$ 2.569). As obrigações atuariais do plano Fitprev estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24. Outras informações

a. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias: Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Receitas e comissões e prestação de serviços	11.783	25.834	25.170	25.170
Garantias prestadas	2.831	6.379	6.769	6.769
Rendas de outros serviços	149	2.264	1.199	1.199
Tarifas bancárias	522	1.066	1.076	1.076
Cobrança	66	121	80	80
Taxa de administração	-	8	225	225
Total Geral	15.351	35.672	34.519	34.519

b. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Despesas de honorários	5.179	9.668	13.228	13.228
Despesas de pessoal - benefícios	5.978	11.844	10.721	10.721
Despesas de pessoal - encargos sociais	16.495	32.334	31.928	31.928
Despesas de pessoal - proventos (*)	39.156	75.045	75.780	75.780
Despesas de pessoal - treinamento	438	921	1.129	1.129
Total Geral	67.246	129.812	132.786	132.786

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário. **c. Composição de outras despesas administrativas:**

A DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BANCO MUFG BRASIL S.A.

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco MUFG Brasil S.A. zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de

outras áreas. Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados: • Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre de 2018; • Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna; • Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e • Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Despesas de amortização e depreciação	7.674	14.582	12.674	12.674
Despesas de processamento de dados	7.721	14.217	12.409	12.409
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.825	12.369	10.917	10.917
Despesas de serviços técnicos especializados	5.545	11.243	10.303	10.303
Despesas de viagens ao exterior	2.200	3.491	3.366	3.366
Despesas de serviços de terceiros	1.489	3.107	2.748	2.748
Despesas de comunicação	1.640	3.040	2.330	2.330
Despesas de alugueis	1.229	2.422	2.545	2.545
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.157	2.366	2.345	2.345
Despesas de manutenção e conservação de bens	858	1.684	1.842	1.842
Despesas de água, energia e gás	469	861	779	779
Despesas de viagens no país	332	549	320	320
Outras despesas	3.260	6.061	4.621	4.621
Total Geral	39.399	75.992	67.199	67.199

d. Composição de despesas tributárias:

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Despesas tributárias	4.466	8.102	3.850	3.850
Cofins	6.608	12.889	12.500	12.500
Pis	1.074	2.095	2.031	2.031
ISS	725	1.680	1.586	1.586
Total Geral	12.873	24.766	19.967	19.967

e. Composição de outras receitas operacionais:

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Recuperação de provisão assessoria técnica	-	-	23.740	23.740
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	4.013	8.454	13.498	13.498
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	127	902	6	6
Reversão de provisões operacionais	477	719	4.178	4.178
Recuperação de encargos e despesas	360	566	884	884
Ganho sobre levantamento depósito judicial	267	267	-	-
Outras receitas	342	348	394	394
Total Geral	5.586	11.256	42.700	42.700

f. Composição de outras despesas operacionais:

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Provisão para passivos trabalhistas	2.495	6.892	3.443	3.443
Provisão para outros passivos contingentes	4.239	6.650	2.569	2.569
Provisão para riscos fiscais	1.655	4.028	6.656	6.656
Custo financeiro na deficiência do recolhimento compulsório	488	488	-	-
Reversão de receita de preço de transferência	-	-	1.324	1.324
Outras despesas	782	813	501	501
Total Geral	9.659	18.871	14.493	14.493

g. Gerenciamento de Risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp. Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco. **Razão da Alavancagem (RA):** Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

25. Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: • Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1); • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2); • Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1); • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1); • Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1); • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1); • Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 R1); • Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27); e • Resolução nº 4.524/16 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2).

CONTADORA: Iracema Chou Ma - CRC 1SP319654/O-0

os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A..

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco MUFG Brasil S.A. (anteriormente denominado Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco MUFG Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a períodos anteriores

Os valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado de 12 de março de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza